



DECRETO.

AVENDO Eu Determinado pela Carta Regia de vinte e oito de Janeiro do anno passado que todas as Mercadorias Estrangeiras pagassem nas Alfandegas do Brazil vinte e quatro por cento, e pelo Decreto de onze de Junho do mesmo anno, que as que fossem de propriedade Portugueza, importadas em Navios Nacionaes, pagassem dezeseis por cento; e sendo certo, que todos os Generos, que são transportados de Lisboa, e Porto, tendo lá pago os competentes Direitos, ficarião sobrecarregados, se fossem obrigados a pagar os mesmos Direitos impostos nos que vem em direitura dos Portos Estrangeiros; e não convindo que paguem huns mais Direitos que os outros, o que faria embaraço no giro do Commercio, e causaria damno ás transacções mercantís: Hei por bem, em quanto não Dou outras providencias sobre este tão importante objecto, Ordenar, que todas as referidas Mercadorias, que entrarem nas Alfandegas deste Estado do Brazil, vindas de Lisboa, e Porto, que tiverem alli pago os Direitos estabelecidos, sejão isentas de pagar os que se achão determinados na mencionada Carta Regia, e Decreto. O Presidente do Meu Real Erario o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Janeiro de mil oitocentos e nove.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Na Impressão Regia.

71-246-73 Wormser Oct 70

RPJC

. 3



